

Alianças juçareiras:

cosmopolíticas vegetais e a (re)existência dos territórios tradicionais da Mata Atlântica

Bruno Vilela Vasconcelos¹

Resumo: O presente texto-ensaio se configura como parte integrante da minha pesquisa de mestrado em andamento que pretende descrever etnograficamente alianças, conflitos, histórias e diferentes modos de viver com a palmeira juçara (*Euterpe edulis*) dentro do território tradicional da Mata Atlântica. Alimenta-se de convivências entorno da colheita e relacionalidades com o fruto, nas paisagens das matas e das roças, em eventos e oficinas, com agricultores(as) e juçareiros(as) junto à “frente de Agroecologia” do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) - uma articulação política e socioambiental entre povos indígenas, quilombolas e caiçaras - da região da Bocaina, um segmento da Serra do Mar (SP-RJ), mais precisamente, na comunidade tradicional do Quilombo do Campinho da Independência, em Paraty-RJ. A palmeira é marcada pelas fraturas do contínuo colonial no espaço, no tempo e no imaginário que assolam uma identidade afro-pindorâmica, desde múltiplas destruições do território-floresta à exploração predatória do palmito, que levou-a à vulnerabilidade de si e de ecologias conviventes. Atravessado por conflitos históricos ecológicos e ontológicos, “*A juçara é nossa!*” é um grito de insurgência das comunidades tradicionais a partir de alianças vegetais com a juçara, a Mata Atlântica e demais companhias mais que humanas, como uma cosmopolítica da (re)existência do território, de identidade e de pertencimento frente à criminalização das práticas e saberes tradicionais, à monocultura e à iminência da comoditização do fruto. Nesse emaranhado multiespécies, busco seguir os movimentos e envolvimento da juçara enquanto espécie companheira de luta em defesa do território e “*ponta de lança*” para retomada aos modos de vida tradicionais das roças.

Palavras-chaves: Comunidades Tradicionais; Estudos Multiespécies; Mata Atlântica; Relacionalidades vegetais; Territórios.

*“Lá na mata da jurema,
Eu vi uma capivara
Ela tava bem comendo
A semente da juçara.”*

Ponto de jongo cantado na comunidade do Quilombo do Campinho da Independência

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduado em Ciências Biológicas (Enf. Meio Ambiente) pela UFRJ/Nupem-Macaé, RJ.

Em territórios vivos: apresentando a juçara em um contexto ecopolítico

No mês de setembro de 2024, acontecia o I Encontro Internacional de Territórios e Saberes (EITS), na cidade de Paraty-RJ, organizado pelo Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) e pelo Observatório de Territórios Saudáveis e Sustentáveis da Bocaina (OTSS). No segundo dia de evento, uma terça-feira à noite, após a cerimônia de abertura, todos estavam esperando ansiosamente pelos diferentes pratos produzidos pela “Cozinha das Tradições”² em uma fila que serpenteava o “Espaço Quilombola”. Nesse momento, quando a fila começou a andar, percebi muitas pessoas saindo com um copo cheio, contendo um suco de cor roxa vivaz. No mesmo instante, uma companheira que estava logo à minha frente comentou: “*Quero muito pegar esse açai!*”³. Outra pessoa da fila, o que me parecia ser alguém do território, rapidamente respondeu: “*Não é açai, é juçara!*”. Falou-se com firmeza, potência e afirmação. Chegou minha vez, peguei-o e pude experienciar seu sabor, doçura, viscosidade e refrescância. Enquanto tomava o suco, acontecia uma das intervenções culturais do território para o evento, o “Encontro de Jongueiros” na qual, a partir de rodas e cantos, mais uma vez, me chamou atenção a *presença* da juçara no espaço, agora na letra do jongo, citada acima. Em estado de exercício de uma “educação da atenção” (Ingold, 2019), aquele momento da fila, aparentemente despretensioso, permaneceu latente em minha mente e corpo.

No dia seguinte, de manhã, participei de uma mesa temática na comunidade do Quilombo do Campinho da Independência, em Paraty-RJ, com o tema “Agroecologia”. Uma das moradoras quilombolas falava da importância socioambiental, política e econômica da palmeira para as comunidades e povos tradicionais da região, bem como da experiência que o quilombo possuía de mais de 20 anos de manejo, cultivo e plantio das sementes e frutos da juçara, o “*ouro roxo da Mata Atlântica*” como dizem, nas roças e sistemas agroflorestais da comunidade. Outro momento, na quinta-feira à noite, um ato

² A “Cozinha das Tradições” é um coletivo da “frente de Agroecologia” do território constituído por comunitários do FCT, responsável por aproximar, politicamente, as práticas tradicionais como a roça e a pesca, da cozinha e da alimentação saudável.

³ No presente trabalho, as expressões marcadas com “*aspas e itálico*” fazem referência às falas de interlocutores e companheiros durante o trabalho de campo.

político em defesa dos povos e comunidades tradicionais percorreu toda a pista central de Paraty até o Centro Histórico da cidade. Ressoava através das lideranças o enfrentamento às ameaças constantes da especulação imobiliária, da criminalização dos modos de vida, práticas e saberes tradicionais e demais conflitos históricos. Faixas e “gritos de guerra” traziam a seguinte mensagem: “*A juçara é nossa!*”. Essa foi uma expressão que ecoou por todo o evento. Para Narahara (2022), seres para além do humano estão cada vez mais presentes nos cenários políticos e a juçara tem assumido um protagonismo cosmopolítico com as comunidades, com o território e com o bioma. Assim, diante dos múltiplos encontros com a juçara e na busca por alinhar o meu fazer antropológico à companhia de “outros-que-humanos” (De La Cadena, 2018), desdobrou-se um encontro com o “campo” (Kopenawa; Albert, 2015).

Palmeira juçara, nome científico *Euterpe edulis*, família botânica das Arecaceae. Içara, palmitreiro, palmito-doce, ripeira, ensarova, etc. Para além de seus muitos nomes, a juçara⁴ é uma palmeira nativa muito característica do território-floresta da Mata Atlântica, que se distribui desde o Rio Grande Norte ao Rio Grande do Sul pelo Brasil, e também na Argentina e Paraguai. De aparência marcante, se caracteriza pelo seu estipe único; folhas longas, arqueadas e pinadas; raízes fasciculadas; inflorescências de tons amarelados e infrutescências globosas e arroxeadas em cachos, com uma semente em cada fruto. Habita lugares variados com relativa umidade na “terra firme” como ambientes íngremes, matas ciliares e o estrato médio da floresta (Teixeira *et al.*, 2025), no qual cresce na sombra de outras companhias vegetais.

Além disso, também habitam outras paisagens bioculturais como roças e demais espaços agroflorestais de muitas comunidades tradicionais. É considerada necessária ecologicamente como espécie-chave, por exemplo, nas relações tróficas interespecíes em período de baixa disponibilidade de alimento, proporcionando-o para mais de 70 espécies de animais, humanos e para além do humano, dentre eles tucanos, jacus, jacutingas, tatus, antas, capivaras, etc., e politicamente na preservação e conservação do bioma, visto que “*Mata Atlântica sem juçara não é Mata Atlântica*”, bem como na luta em defesa do território, ambos com protagonismo comunitário tradicional desde a região Sul-Sudeste

⁴ “Juçara”, na língua originária tupi, significa “o que espinha, espinhoso” ou “o que dá farpas ou lascas”.

do litoral atlântico, especialmente na região da Bocaina, um segmento da Serra do Mar, na área conhecida como “Costa Verde”.

Tal região é uma arena ecopolítica da Mata Atlântica, considerada um dos maiores remanescentes preservados e área conservada do bioma no país, que se estende do litoral sul do Rio de Janeiro ao litoral norte de São Paulo. No entanto, apesar desse (e)feito protagonizado pela resistência e reexistência das diversas comunidades tradicionais *com* o bioma e, posteriormente, da presença profundamente conturbada das unidades de conservação, o território é atravessado por violências que marcam as paisagens e corpos viventes historicamente. Desde “fraturas coloniais” (Ferdinand, 2022) - exploração e dominação de subjetividades, saberes e territórios; escravização negra e indígena; monoculturas de cana-de-açúcar e café - como no *contínuo* desse sistema de “desenvolvimento” (Bispo dos Santos, 2023) que persiste nos diversos conflitos fundiários⁵, socioambientais e ontológicos que o território enfrenta atualmente, em especial, após a ditadura militar (Feitosa; Silva, 2015), que tenta, de todas as formas, *fragmentar* territórios, biomas, relacionalidades e modos de (re)existir, inclusive com a juçara. A própria palmeira é marcada pela colonização no espaço, no tempo e no imaginário que assolam uma identidade afro-pindorâmica, desde dessas múltiplas destruições do território onde habita ecológica e politicamente à exploração predatória do palmito, que levou-a à vulnerabilidade de si e de ecologias conviventes.

Apesar dessa “maquinaria de morte” do ocidente (Narahara, 2020), as múltiplas *alianças* das comunidades e povos tradicionais junto ao bioma respondem com vida, onde tal vivacidade emerge dessa pertença insubordinada e insurgente ao/no território, na qual “pulsa” (Gallo; Nascimento, 2019). Um exemplo é a articulação política do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT). Nascido de encontros comunitários nos anos 2000 para defender o território assolado por grandes empreendimentos capitalistas intensificados com a abertura da estrada Rio-Santos, o FCT⁶ é a principal organização social de

⁵ Recentemente, entre o mês de maio e junho, 32 terrenos do município de Paraty(RJ), inseridos em território de comunidades tradicionais e em unidades de conservação foram leiloados. Dentre as áreas tradicionais mais afetadas estão o Saco do Mamanguá e a Ilha do Araújo, com presença tradicional caiçara, ameaçando o território e os modos de vida das comunidades da região.

⁶ Foi fundado oficialmente em 2007 pela política pública da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) que potencializa a criação de fóruns.

articulação entre povos e comunidades tradicionais da região, presente em 7 municípios⁷ e contempla mais de 200 comunidades indígenas, quilombolas e caiçaras.

Tem como objetivo central a luta pela valorização socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais, bem como na defesa e garantia de seus direitos territoriais a partir de seus modos de vida. Tem mobilizado diversas ações, por meios de eixos, frentes⁸ e campanhas, dentre elas a “frente de Agroecologia” e a campanha “A juçara é nossa!”. Diante disso, a juçara tem sido uma “espécie companheira” (Haraway, 2023) de luta dos povos e comunidades tradicionais da região, bem como uma “aliada vegetal” (Oliveira *et al.*, 2020) na defesa comunitária do território por meio de relacionalidades ressurgentes, histórias de convivência e cosmopolíticas de reexistência.

O presente texto-ensaio trata-se de uma experimentação narrativa e etnográfica baseada na minha pesquisa de mestrado em andamento que pretende descrever alianças, conflitos, histórias e diferentes modos de viver com a palmeira juçara (*Euterpe edulis*) dentro do território tradicional da Mata Atlântica, bem como sua agência ecopolítica no território junto aos povos e comunidades tradicionais. Alimenta-se de convivências e histórias entorno da colheita e relacionalidades com o fruto, nas paisagens das matas e das roças, com companhias humanas e vegetais do território, em eventos e oficinas, com agricultores(as) e juçareiros(as) junto à “frente de agroecologia” do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) da região da Bocaina, mais precisamente, na comunidade tradicional do Quilombo do Campinho da Independência, em Paraty-RJ, onde pude me relacionar de maneira mais imersiva no trabalho de campo⁹.

Coletando frutos e histórias: sobre relações ressurgentes com a palmeira

⁷ São eles: Angra dos Reis, Ilha Grande, Mangaratiba, Marambaia (RJ), Ubatuba, Caraguatatuba, Ilhabela e São Sebastião (SP).

⁸ O FCT, em parceria com a Fiocruz através do Observatório de Territórios Saudáveis e Sustentáveis da Bocaina (OTSS), atua em algumas frentes importantes como: Agroecologia, Cultura, Saneamento Ecológico, Educação Diferenciada, Pesca Artesanal, Turismo de Base Comunitária, Cartografia Social e Justiça Socioambiental a partir da liderança e protagonismo das próprias comunidades (Gallo; Nascimento, 2019).

⁹ Foram, ao todo, 61 dias de trabalho de campo intermitentes dentro do território de atuação do FCT acompanhando a “frente de Agroecologia”, dentre eles Quilombo da Fazenda (Ubatuba-SP), Quilombo Santa Rita do Bracuí (Angra dos Reis-RJ), Comunidade caiçara da Praia do Sono e, mais frequentemente, o Quilombo do Campinho da Independência (Paraty-RJ). O trabalho se constitui enquanto uma antropologia comprometida com o território.

Em uma manhã de março ensolarada, estávamos reunidos, eu e companheiros da “frente de Agroecologia” do movimento, para começar um dia de coleta do fruto da palmeira em uma das roças do Quilombo do Campinho, a área do Vaguinho, liderança quilombola e do movimento. Era momento de safra, da temporalidade do fruto no território, e as mobilizações comunitárias nas roças estavam inteiramente focadas em coletá-los: “...*tem que colher juçara, tem que plantar, tem que colher*”. Os frutos amadureceram mais cedo nesta região neste ano devido às dinâmicas climáticas e ao calor intenso, o que fez antecipar as ações em 1 mês. A “frente de Agroecologia”, a partir dos trabalhos com a palmeira, visa fortalecer as comunidades tradicionais que já trabalham com juçara e construir caminhos para que outras comunidades plantem as sementes, cultivem e colham os frutos. Depois de sair da casa do Vaguinho, seguimos o percurso até a roça. Contam que essa roça é uma das mais “maduras” em relação às interações com a palmeira, sendo um dos refúgios que fizeram-na reexistir no território. Dentre as várias companhias vegetais, a juçara se destacava. “*Olha a juçara aí!*”. Era meu primeiro encontro com as palmeiras no território.

Após encontrarmos um bom lugar, preparamos uma lona azul, aberta na terra, onde os cachos coletados seriam colocados e, futuramente, debulhados e previamente selecionados. Pude auxiliar nessa organização. A roça se misturava com um aspecto (agro)florestal e as juçaras ocupavam seus 10 a 12 metros de altura. A coleta do fruto da juçara se apresenta como uma das principais relacionalidades com a roça quilombola no território e uma das principais atividades extrativistas e práticas de cultivo agroecológico no bioma. Além disso, é a primeira ação realizada - pós plantio e cuidado - dentro de uma gama de atividades subsequentes, do cacho à polpa. Coletar juçara, o “fruto”, representa - e requer - tanto um saber-fazer, como um modo de viver emaranhado com os ritmos ecológicos das vidas das palmeiras.

Para coletar, é necessário subir na palmeira, seja com o *corpo*, seja com um auxílio externo, por exemplo, a ferramenta chamada “cata-cachos”, sendo estas, duas das principais técnicas usadas. Antes de subir, os *juçareiros*¹⁰ realizam um longo mapeamento da área, acompanhado de um bom exercício de observação profunda dos cachos, priorizando a qualidade do fruto, assim como toda a palmeira, da raiz ao ponto alto do

¹⁰ Denominação usada pelos companheiros de trabalho e comunitários do território.

estipe. Nesta primeira técnica, utiliza-se a chamada “peconha”, uma técnica tradicional de subida em plantas frutíferas altas, com um tipo de “laço” feito de sacas, com a camisa ou com a própria folha seca da palmeira.

Ao subir, a pessoa “abraça” a palmeira, e com movimentos curtos mediados pelos pés, chega ao topo. Com uma faca, corta parte da aba do cacho, capaz de soltá-lo e, em seguida, desce em um movimento controlado de deslize pelo estipe. Tal técnica exige bastante do corpo e representa grandes riscos de queda, o que requer “*profundo respeito*”, como diz Luciano, assessor e integrante do movimento. Em uma mesma palmeira, tira-se mais de um cacho. Porém, preserva-se tanto cachos quanto palmeiras inteiras para seres vivos dispersores das sementes, ou como chamam, “*plantadores*”, que contribuem na ecologia de repovoamento da palmeira nas paisagens do território.

Acompanhando outra subida, agora com Lázaro, comunitário e juventude quilombola do Campinho, pegamos mais alguns cachos e estendemos na lona. Estava de assistente. “*Comecei desde pequeno, acompanhando os mais velhos... saber se está ‘pretinho’ para poder colher*”, disse ele. Como representante da juventude e futura liderança comunitária, fala de como colher juçara fazia parte de suas “brincadeiras” e comenta a importância de “formar juçareiros” desde crianças, de construir relações com a palmeira e compreender sua importância. Além disso, comenta: “*acompanhei o plantio das juçaras que hoje estou colhendo... cresci junto com elas*”. Tal proximidade remete a uma relação profunda de conhecimento, intimidade, coragem e cuidado.

A outra técnica, através do “cata-cachos”, a subida é realizada através de umas hastes de ferro com um tesourão na ponta, capaz de cortar e firmar o cacho. A subida é manual e, apesar do menor esforço físico comparado à peconha, também “*exige do corpo*”. Pude auxiliar ativamente pela técnica junto com Marcos Vinícius, juventude quilombola do Quilombo do Bracuí, contribuindo com a coleta. Apesar de mais prática e acessível, tal técnica se mostra mais potente com a presença de quem sobe com o corpo, visto que um *olhar juçareiro* para mapear os cachos do alto garantem maior qualidade da coleta, evitando desgastes físicos e a retirada de cachos ainda verdes.

Depois de coletarmos bastante cacho, fui contribuir debulhando. Fiquei junto de Seu Álvaro, mestre griô quilombola, que veio ajudar na atividade da coleta. Nesse

“*aprender com as mãos*”¹¹, levava os cachos até a lona, voltava e pegava mais. Até que me assentei e o acompanhei. “*Catar é com as mãos mesmo, para mim é terapia*”, dizia ele. Diferente da agitação e do esforço da subida, debulhar o cacho era uma atividade que exigia paciência e atentividade. É nesse momento que os frutos são retirados do cacho e, ao mesmo tempo, são previamente selecionados. Um cacho bem colhido possui frutos com uma cor violácea/enegrecida. Os frutos verdes, os “antracnados”¹² e, principalmente, “vermelhos” - que causam um amargor na polpa - são retirados.

Debulhar também é um bom momento para contar e ouvir histórias da juçara. Ao passo que narra suas vivências, o mestre griô comenta sobre as ameaças que a palmeira sofreu ao longo do tempo no território: “*Antigamente tava cheio de juçara por aí, tudo espalhado. Aí, na década de 1960, 1970, vieram muitos exploradores ilegais, indústria, palmiteiro... e começaram a cortar o palmito e elas começaram a sumir*”. O corte do palmito - o chamado “coração da palmeira”¹³ - representa a sua morte, visto que possui um estipe único e não perfilha, ou seja, não forma touceiras como outras palmeiras - açai e pupunha, por exemplo. Assim, a palmeira entrou na lista de espécies ameaçadas de extinção¹⁴ e foi desaparecendo em muitos locais, dentre eles no território.

As agroindústrias clandestinas e o mercado de exportação se apossaram do corte do palmito, bem como do *corte de relações* com a palmeira por parte de muitos comunitários tradicionais. Diante das dificuldades financeiras emergentes do modo capitalista *atravessador* de mundo, ser “palmiteiro”, neste contexto, para aqueles que sempre se relacionaram com a palmeira, acabou virando um modo imposto de sobreviver, contrapondo-se, contemporaneamente, com um modo de viver juçareiro. Assim, muitos comunitários foram, por muito tempo, criminalizados e culpabilizados pela morte da palmeira por parte, por exemplo, do Estado e suas legislações restritivas neste

¹¹ Em um outro momento de campo, conversando sobre os modos de fazer pesquisa da universidade, Seu Valmir, mestre griô e agricultor do Quilombo Santa Rita do Bracuí em Angra dos Reis (RJ), reflete sobre a importância da prática no aprendizado, não a mera observação, em um *fazer* que se constrói um *saber*.

¹² Tal termo faz referência a “antracnose”, uma doença que acomete frutos de espécies tropicais, causado por um fungo, e que impossibilita sua qualidade, apresentando pontos escuros, salientes ou avermelhados.

¹³ Meristema apical da planta responsável pelo crescimento de novas estruturas vegetativas.

¹⁴ A juçara (*Euterpe edulis*) integra a lista do Centro Nacional de Conservação da Flora do Brasil (CNC Flora) do Brasil, pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro, como uma “espécie vulnerável” segundo o Livro Vermelho da Flora do Brasil, realizado em 2013.

ambientalismo que desconsidera a presença humana relacional como raiz tradicional de proteção dos territórios bioculturais (Ferdinand, 2022).

No entanto, como diz o mestre quilombola: “*A gente sempre comeu o palmito. Não tínhamos a cultura de colher o fruto*”. Historicamente, a juçara compõe diretamente a terra de “Pindorama”, um nome ancestral dado pelos povos originários ao território brasileiro que significa “região das palmeiras”. As palmeiras, de maneira geral, são plantas características das florestas tropicais e possuem uma relação biocultural e ancestral com povos humanos, visto que sua distribuição pode estar relacionada ao manejo e cultivo humano (Oliveira *et al.*, 2020; Teixeira *et al.*, 2025). Desde os tempos originários, a juçara já faz parte das práticas tradicionais dos povos indígenas que habitavam o território de uma forma “coevolutiva” (Van Dooren, 2024), como ripas usadas na construção de habitações, folhas secas na estrutura de telhados, construção de canaletas para buscar água, usos medicinais, práticas de agricultura tradicional e, no manejo e na alimentação a partir do palmito. Logo, não é o corte em si, mas a forma predatória e operatória desse corte por parte desse “*pacote do capital*”.

Diante desse contexto, movimentos ecologistas comunitários tradicionais de proteção da palmeira nos anos 2000 no território e outros próximos¹⁵, buscou-se desconstruir - material e simbolicamente - a “*cultura do palmito*” no imaginário - o que não exclui o seu manejo, a sua relacionalidade ancestral - para uma “*cultura do fruto*”. Atualmente, “*ela é mais importante em pé do que cortada*”, dizem os comunitários do quilombo, e as relações com o fruto representam um caminho estratégico político e ecológico que o movimento, as comunidades e o território têm buscado alimentar.

Após debulhar, selecionar e ensacar os frutos, nos deslocamos até o restaurante da comunidade. Foram coletados cerca de 98 kg de fruto. O mestre griô conta como se dá a dinâmica: “*A gente planta no nosso quintal, produz muda e vende. Tem todo um processo, do plantio à polpa. Depois tem o lance - repovoamento - pela comunidade. Assim cresce mais*”. A organização do processamento é feita por uma outra equipe, geralmente diferente de quem colheu. Nesta etapa, existe um protagonismo das mulheres quilombolas, onde Flávia e Verônica - agricultoras, cozinheiras e moradoras da comunidade - assumiram a atividade. O fruto passa por uma nova fase de seleção e três

¹⁵ Outro território tradicional importante nesse processo com a juçara é o Vale do Ribeira, em São Paulo.

etapas de lavagem para limpeza, higienização e amolecimento. Flávia fala que o fruto da juçara é sensível e possui um rigor em relação à produção da polpa: precisa ser realizada no mesmo dia ou, no máximo, no dia anterior, visto que pode sofrer oxidação e perder sua qualidade. Toda essa interação comunidade-fruto permite uma grande rede comunitária de socialização, dos mais jovens aos mais velhos.

Para despolar, passa pela despoldadeira. Verônica, também juçareira, conta que antes, utilizava-se o pilão - como ainda é feito para pequenas quantidades. Nesta experiência, rendeu cerca de 60 kg de polpa. A semente é retirada por uma abertura lateral inferior e armazenada em um recipiente arejado em todas as repetições. *“Deve ser lavada e depois secar ao vento ambiente”*, me ensinava o mestre griô que debulhara o fruto. Ela também tem seus rigores e cuidados imediatos, visto que qualquer condição entre umidade/presença de água e baixa incidência luminosa direta, a semente já começa a germinar, que representa esse impulso ecológico vegetal à continuidade da vida. Essa semente, parte dela é repovoada nas roças e nas matas pela comunidade e outra é usada para circulação em comércios locais, salvaguardadas e compartilhadas com outras comunidades, promovendo essa troca genética e biocultural, bem como uma memória dessas “interações humano-vegetais” das sementes no tempo (Van Dooren, 2024) e as comunidades valorizam a continuidade.

No final, pude saborear a polpa. É na organicidade dessa ecologia que o mestre quilombola confia a saúde do corpo e do território: *“Isso que é suco de juçara mesmo! O que vende em mercado é tudo cheio de químico, cheio de corante. Aqui não”*. O fruto contém grandes quantidades de vitaminas e antioxidantes¹⁶. Além disso, além das polpas de juçara e seu suco que integram a culinária das comunidades locais, os pratos e os drinks, as fibras de seu cacho e a própria palmeira também compõem criativamente os artesanatos, as festas, os cantos, bem como nas agendas públicas e políticas voltadas para agricultura familiar no território, produzindo segurança e soberania alimentar e nutricional, assim como, uma forma de viabilização econômica a partir da cadeia de valor produtiva orgânica que garante a permanência das comunidades em seu território. Logo, essa ecologia da *“palmeira em pé”* representa uma maneira ressurgente de se relacionar com a palmeira que tem sido cultivada em luta no território.

¹⁶ É um fruto que possui grandes quantidades de antocianinas e um grande valor nutricional.

Convívios na roça, juçara e companhias: entre paisagens e memórias vegetais

Estava no Restaurante do Campinho, era final da manhã, mês de julho e aguardava Lucão, quilombola e também membro da “frente de Agroecologia”. Fui experienciar as roças, conhecer a comunidade e as dinâmicas da paisagem desse território. Passamos pela roça do Vaguinho, lugar onde coletamos os frutos de juçara no mês de março e abril. É uma *roça*¹⁷ baseada na temporalidade, na espacialidade e nas ecologias e diferentes ciclos das culturas vegetais, a partir de uma configuração agroflorestal, mas que incorporavam plantas “de roça” como mandiocas, milho, cana e batata doce. Além das presenças roçeiras, outras plantas habitam esse espaço junto da juçara: cacau, inhame, taioba, “coquinho”, pupunha, grumixama, araçá-boi, araçá, cupuaçu, limão, laranja, mexerica e bananas, dentre elas nanica, naniquinha, princesinha, prata, caramelada. Juçara e banana são companheiras consorciadas que se dão muito bem juntas. Os agricultores da região falam que “*a banana cria a juçara*”. A banana, por puxar muita água do solo e ter um crescimento mais veloz, cria condições favoráveis - umidade e temperatura, minimizando a incidência solar - para o crescimento da juçara nos seus estágios juvenis.

Depois de passar pela roça do Vaguinho, continuamos nossa caminhada pela comunidade¹⁸. Encontramos Nina, Simone e Sandro, enquanto abriam um novo espaço de roça. Faziam uma linha de horta com alface, couve, salsa, cebolinha, outras folhas e temperos. Sandro, que, logo quando me viu falou: “*você tem cara de biólogo!*”, também me perguntou o que fazia no território. Aos moldes de Tsing (2019), falei que “seguia” a juçara pelo território e que essa imersão me levou às roças. “*É maninho... uma coisa leva na outra*”, disse ele. Conversávamos sobre roça, e ambos falavam do prazer de ver a roça crescer, de ver o alimento vir. Enquanto isso, Simone plantava um tomate. Abriu bem um *ninho*, colocou um pouco de terra revolvida com esterco e depois encheu bastante de água. Sandro complementa com palavras aquele momento em que o corpo entrelaçava-se com a terra: “*a terra é a coisa mais preciosa que tem, e é ela quem cuida da gente. Não tem nada melhor do que isso aqui...*”.

¹⁷ Muitas das vezes, em campo, o termo *roças* é usado como forma geral de agrupar todos os tipos de sistemas agrícolas presentes, bem como uma demarcação conceitual e um modo de viver.

¹⁸ “Comunidade” aqui faz referência a um dos núcleos familiares do Quilombo do Campinho da Independência, o núcleo “Nascimento”, onde me aproximei durante o trabalho de campo.

As roças se configuram como espaços de “intensas relações” humanas e vegetais por intermédio do cultivo e do cuidado (Oliveira *et al.*, 2020; Alencar, 2023) e que historicamente compõem essa relação tradicional com a agricultura (Van Dooren, 2024). Para as comunidades tradicionais do Quilombo do Campinho, as roças e as atividades extrativistas são elementos fundamentais do fortalecimento não só do território, mas também dos modos de vida quilombola de se relacionar com a terra da região, não necessariamente uma “agricultura da domesticação” (Van Dooren, 2024), mas como uma “*filosofia de vida*” para quem planta. Para Alencar (2023), trata-se de uma “ecologia criativa ancestral”, que se configura como uma “arte de criar”, tanto um trabalho colaborativo de um agenciamento criativo que envolvem pessoas, diversos seres vivos e “coisas” - no sentido de Ingold (2019) - como um cuidado e afeto mútuo da nutrição e do crescimento como parte imanente do “criar”.

Enquanto andávamos, Lucão comentava que muitas das suas memórias de criança faziam ele entender a dinâmica da paisagem e das roças. Fomos até uma área de roçado de outros familiares, logo abaixo da casa do Vaguinho. Quando chegamos até a área, Lucão mostra dois espaços diferentes da paisagem. Um é uma roça recém aberta, ainda descampada, com pequenas mudas de mandioca e milho, além de banana, pupunha, juçara, cajá-manga e araçá-boi em linhas. Antes, era uma área descansada, com mata de capoeira. O outro é uma área de mata, já com árvores mais velhas, com cerca de 25 a 30 anos. Lucão lembrava de, mais novo, jogar futebol nessa área, antes descampada e com muito capim baixo, roçado por eles mesmos quando adolescentes.

Antes disso, essa mesma área, era uma grande roça, com muita banana, planta muito presente historicamente desde a colonização na região de Paraty, cultivada e vendida pela família na cidade e trocada com outros comunitários. Hoje, é uma área descansada, que gerou mata, em estágio de capoeira. Nesta paisagem, Lucão mostra as áreas de pousio e regeneração para rotação de culturas futuras, que está sujeita a uma dinâmica transitória - temporal e espacial - na paisagem dentro de um contínuo entre roça e mata (Oliveira, 2016), e a área roçada recentemente, a partir de uma relação tradicional, a “agricultura de coivara”, que muitos membros da comunidade mantém de forma geracional e como identidade ancestral da comunidade.

A agricultura de coivara, também chamada popularmente de “agricultura de corte e queima” ou politicamente de “agricultura itinerante”, trata-se de um sistema muito usado em países tropicais, bem como por povos e comunidades tradicionais, onde espaços de terra são roçados, queimados e cultivados de forma descontínua e dinâmica por diferentes períodos, sejam eles de cultivo e de pousio (Cunha, 2023). Lucão comenta sobre o manejo do fogo como arte e técnica importante, usada em regiões íngremes do território para poder gerar nutrientes na terra e que, em épocas de chuva, por exemplo, lavam o solo e preenchem-no nutricionalmente, como “calcário natural”. São técnicas mais usadas para abrir o que chamam na comunidade de “*roças brancas*”: variedades de mandioca - como a branca, roxa e ubatubana -, milho, batata doce, cana, etc. Apesar das controvérsias de seus impactos e da criminalização de suas práticas, a coivara é um sistema ancestral que considera a “perturbação” humana manejada e articulada às ecologias mais que humanas (Tsing, 2019) como forma de promover tanto a biodiversidade em áreas de pousio (Cunha, 2023) como a agrobiodiversidade em áreas de cultivo (Lima *et al.*, 2018), além de ser uma das bandeiras de luta do movimento do FCT pela cultural ancestral e pela descriminalização das roças.

Depois de passar pelas roças, paramos perto de umas casas. A esquerda tinha uma casinha menor, uma das casas de farinha da família e da comunidade. A direita, a casa de Dona Albertina, senhora quilombola e matriarca do núcleo familiar. Com seus 95 anos, esbanjava uma vitalidade, sempre com uma fala imponente e depois uma boa risada. Tal momento me levou a uma contação de histórias, acompanhado de um café. “*Antes era muito difícil! Íamos andando até Paraty a pé - 3 horas e meia - para poder vender bananas, o inhame e outras roças e assim poder sobreviver*”. Era uma época em que as pessoas da família viviam da roça exclusivamente e que, também, lutavam pelo território, antes não titulado¹⁹. Até que veio a estrada Rio-Santos a partir da década de 1970, que possibilitou uma circulação, escoamento e o transporte desses alimentos e de, certa forma, gerou “empregos” para os comunitários, mas que, juntamente, foi desterritorializando a comunidade e retirando-a das roças para trabalhar nesses grandes empreendimentos como “Condomínio Laranjeiras” que hoje alimentam os conflitos no território. Nesse complexo

¹⁹ O Quilombo do Campinho da Independência, de Paraty, foi o primeiro território tradicional quilombola a ser titulado no Rio de Janeiro, no ano de 1999.

contexto, Dona Albertina ressalta o protagonismo das mulheres na roça, que estão presentes tanto na constituição do quilombo historicamente, quanto atualmente no movimento e na luta pela terra: *“Os homens iam trabalhar no condomínio e as mulheres ficavam na roça, cuidavam da terra”*. Também manifestou sua posição respeitosa sobre o quanto a “terra dava” (Bispo dos Santos, 2023) e sustentava a vida da comunidade, bem como sua pontual ausência atualmente: *“Hoje ninguém quer saber de roça! Antigamente, não se comprava nada, só sal e querosene! Tudo vinha da roça”*.

Perguntei sobre a juçara na região em seu tempo: *“Tinha muita! Muita mesmo! Depois foi acabando. A gente comia muito o palmito, é muito bom!”*. Ela fala que o pessoal “tirava” o palmito, geralmente, por pessoas que exploravam-no de forma predatória, vendiam. Muitos não eram da região, vinham de outros estados para tirar. A comunidade percebia e não tirava a qualquer custo, inclusive pela sua importância junto a outras plantas para o Rio Carapitanga, que banha o território, ou também chamado “Rio Grande”. *“Foi diminuindo, mas perto do rio não. Perto do rio se manteve justamente para protegê-lo”*. Lucão me apresentou o rio. Diferente da estrada que corta a comunidade, literalmente, ao meio, o rio, que já transportou, banhou, brincou, serviu muitos peixes e areia para construção das casas, segue resistente, mas assolado pelas intrusões capitalistas. Percorrendo sua margem, chegamos a outra paisagem biocultural da comunidade, a horta conjunta de Seu Hélio, Seu Hermes e Dona Magali.

Seu Hermes estava presente, com um chapéu grande protegendo-o do sol de início da tarde, mexendo na terra e lavando suas folhas e temperos - os alfaces, couves, cebolinhas e salsas. Quando adentramos, chamou atenção a presença de uma única palmeira ao centro da horta, uma juçara, com suas folhas não tanto arqueadas e faltantes próximas ao estipe, não parecia tão bem. Enquanto me apresentava, a atenção de Seu Hermes comigo era partilhada com a horta. *“Tá errado!”*, disse, *“salsa e couve não funcionam bem juntas, uma não gosta tanto de água e outra gosta - igual alface e cebolinha, mesma coisa”*. Conversamos um pouco, partilhou suas histórias como pedreiro no Condomínio - este que falamos acima - e depois voltou para roça, para trabalhar com venda para merenda escolar através do Programa Nacional de Alimentação Escolar

(PNAE)²⁰. Também falou brevemente da história daquela paisagem: *“antes, era um canavial, aí depois virou roça, depois, virou mata, virou pasto e hoje virou horta”*. Olhando para aquela juçara da horta, ele falou: *“Juçara tinha muito na região, comíamos o palmito, sempre teve. Depois diminuiu mesmo, começou a aparecer na roça. A juçara criou a gente. A palmeira que dava o palmito que, por muitas vezes, era o nosso alimento do dia”*. Histórias das pessoas se entrelaçam com as histórias das paisagens, sendo as roças, territórios de memória.

No dia seguinte, como parte das *vivências*, acompanhei um mutirão de colheita de mandioca na roça do Seu Cleidiano e Dona Maria, companheiros e moradores do quilombo, para uma “farinhada”. Assim como o palmito da juçara, a mandioca foi e continua sendo um das principais companhias familiares que alimentam a comunidade, a luta e resistência no território. Quando estávamos dentro da casa de farinha, Zezão, agricultor quilombola e pai de Lázaro, comenta que, antes, muitas eram as madeiras que construíam suas estruturas, usadas para fazer ripas, dentre elas, a “ripeira” juçara. Não só de farinha, mas das casas das famílias. Tanto na estrutura com o estipe como no forro da cobertura com suas folhas. *“Tinham muitas... aí vieram uns palmiteiros”*, diz Zezão. Seu Cleidiano comenta que presenciou a ação de palmiteiros no território: *“uma vez, para nunca mais!”*. Continua ele: *“Foi em 1972...eles se agrupavam lá no Saco do Mamangá...”* - sua região de origem - *“... na mata, abriam um lugar, cortavam o palmito e já deixavam preparados ali mesmo - faziam um fogo, esquentavam, cozia e já deixavam conservados em potes de vidro com água. Ganhavam uns quatro ou oito reais por trabalho. Era uma época que tinha muito, vinham de fora e guardavam na praia do Sono para pegar depois”*. Em mais um momento de campo, essa presença/ausência da juçara se destaca, seja nas memórias seja nas paisagens.

À tarde, acompanhava Dona Maria. Enquanto desmanchávamos a farinha que vinha direto da prensa no “cocho”, conversávamos e Dona Maria falava da importância de continuar a roça, o “fazer farinha”: *“Conheço tudo de roça... vivia na roça desde cedo. Nós temos que continuar mesmo, para manter a tradição. Aquilo que foi passado para*

²⁰ O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que busca, além do crescimento, desenvolvimento biopsicossocial e aprendizagem, a construção de uma educação alimentar que promova hábitos alimentares saudáveis e que cubram necessidades nutricionais a partir, por exemplo, da agricultura familiar, dentre elas, comunidades tradicionais.

nós... quando éramos pequenos, não entendíamos". Na "brincadeira", aprendiam sobre um modo de vida na roça. O que começou como colheita na manhã, terminou, bem a noite, em farinha, beiju e tapioca²¹. Passei a noite na casa do Zezão, por onde fiquei por três semanas acompanhando as dinâmicas da roça na comunidade.

Em uma das tardes pela comunidade, tomava mais um café com Dona Albertina, e Magali chegou do trabalho. "*Vamos? Eu chego e já vou direto para a roça!*". Magá é quilombola, agricultora, cozinheira e atuante na luta pelo território pelo movimento, além de ótima "professora de roça". Eu, como "aluno" dedicado, a acompanhei. Dentre as diversas atividades que fazíamos neste tempo de campo, todas foram acompanhadas de boas conversas e "*partilha de conhecimentos*", como ela dizia. Fomos até sua roça. Primeiro, fomos até a horta que mencionei acima. Aquela juçara que me chamou atenção, perguntei: "E aquela juçara?". Magá me falava com afeto sobre essa juçara, de como sua presença é "ponto de parada" para muitas aves na comunidade e que isso era importante para o território, o que se revelava pelo tanto de sementes espalhadas pela horta. Além disso, conta que foi plantada pelos próprios pássaros. Dentre outras companhias, ela não foi tirada quando abriram a roça pela última vez.

Por lá, tiramos umas plantas espontâneas das linhas, adubamos a terra para as couves, onde "limpamos" suas mudas adjacentes para que pudesse crescer. Enquanto isso, Magá pensava no plantio. "*Em que lua estamos?*", me perguntou. Eu disse que estamos na cheia e perguntei o porquê. "*Quero plantar mais mandioca, para o PNAE dos próximos anos. Meu pai me ensinou a acompanhar a força da lua minguante, pelo menos para as raízes. Tem gente que não acredita nisso, mas eu sigo o que meu pai me ensinou*". Ela continuou dizendo que na lua crescente, faz crescer aquilo que já foi plantado e que na lua nova é bom pra plantar coisas que já tem "*cabeça*".

No final de tarde, fomos até a sua "agrofloresta", como chama. A diversidade é pulsante: raízes, leguminosas, frutíferas, nativas. Tudo do modo "quilombola", como diria Antônio Bispo dos Santos (2023), "junto e misturado". Magá gosta de "brincar de roça" ao passo que mistura seus conhecimentos tradicionais da coivara e da agroecologia criando - no sentido de Alencar (2023) - diversas paisagens na roça. Roçar é transformar

²¹ Apesar da experiência etnográfica importante de campo, não me concentrei, neste texto, nos processos e técnicas, mas nas conversas e histórias provenientes da vivência com os companheiros do mutirão.

a paisagem no tempo e no espaço. Mesmo com tais nomenclaturas, estéticas e técnicas negociadas nesse choque entre mundos (De la Cadena, 2018), Magá posiciona a ancestralidade do território nesses modos de arquitetar e se relacionar com a terra: “*eu nasci na agrofloresta... é algo que sempre fizemos na roça*”. Maga, assim como outros comunitários, tem a roça como lugar de “*acalanto para a alma*”, um lugar que desde sempre fez parte de sua vida e que rememora um “lugar conhecido”, que foi tirado pelos impactos do “des-envolvimento”. Através das políticas públicas de circulação dos plantios e cultivos, dos movimentos de luta pelo território junto ao FCT das “Cestas Agroecológicas”, por exemplo, e da perseverança diária permanecer na roça por saúde, autonomia e soberania alimentar, os “mais velhos” - e também algumas juventudes - têm retomado esse modo de habitar “contra-colonial” da terra (Ferdinand, 2022; Bispo dos Santos, 2023) como forma de *viver* e não *sobre-viver*.

Alianças juçareiras: retomar as roças tradicionais e (re)existir ao Plantationoceno

Em uma outra experiência de campo junto a “frente de Agroecologia”, uma oficina realizada no mês de abril deste ano no Quilombo do Campinho, com o objetivo de compartilhar experiências sobre colheita e beneficiamento da juçara entre algumas comunidades tradicionais que integram o FCT, proporcionou mais um movimento de articulação comunitária e dessa presença necessária da juçara nas mobilizações políticas do território²². Essa ação integra a campanha “*A juçara é nossa!*”, a mesma expressão de luta que citei no início desse texto, cujo objetivo é fortalecer o protagonismo das comunidades tradicionais na *relação* - em um sentido além de “preservação” trazido por Antônio Bispo dos Santos - da juçara e da Mata Atlântica como forma de autonomia econômica e territorial. Além disso, potencializar a luta em defesa da palmeira frente a criminalização dos modos de vida nas roças e do avanço de grandes grupos empresariais na exploração de seu fruto, inclusive retirando a palmeira nas áreas das comunidades.

Na mesma roça que colhemos o fruto um mês antes - atividade descrita anteriormente - todos e todas os presentes se reuniram em roda, ao redor dos muitos

²² Dentre as comunidades, estiveram presentes, além do Quilombo do Campinho da Independência (Paraty-RJ), o Quilombo Santa Justina-Santa Izabel (Mangaratiba-RJ), a Aldeia Sapukai Guarani de Paraty Mirim (Paraty-RJ), o Quilombo Santa Rita do Bracuí (Angra dos Reis-RJ) e as Comunidades caiçara de São Gonçalo (Paraty-RJ).

cultivos retirados para compor a oficina e começamos uma rodada de apresentações. Um companheiro indígena fala de sua comunidade e do quanto tem de juçara por lá: *“queremos aprender e levar para nossa comunidade esse conhecimento”*. Muitas comunidades não conheciam a técnica de coleta e a possibilidade de beneficiar o fruto para consumo próprio e geração de renda para a comunidade. De fato, o espaço da oficina se gestou como uma grande rede pedagógica de partilha entre as comunidades e experiência etnográfica da agência ecológica com a juçara.

Nesse momento de *chegança*, Ninha, uma das lideranças quilombolas e agricultora, começa sua fala dizendo: *“já nasci pisando na terra”*. Fala um pouco da roça e de suas companhias vegetais. *“Aqui tem cupuaçu, mandioca, milho, café, aipim, banana da terra, limão cravo, cacau, pitanga, mexerica... tem milho da palha roxa e mandioca roxa. Tudo colhido hoje de manhã”*. Nessa grande “assembleia multiespécie” (Tsing, 2019), também mostra a variedade de sementes crioulas presentes na roça. Nessa experiência compartilhada, a relação com a terra, que se configura como um modo de vida, de fazer, de habitar e de resistir no território (Alencar, 2023) se apresenta como ponto de encontro dentre a diversidade biocultural presente. Vaguinho prossegue dizendo: *“Hoje é mais um dia de luta!”*. Traz à memória o histórico de exploração do palmito, da criminalização do corte e do “povo palmiteiro”, palmito esse que sempre foi usado e consumido pelo povo quilombola. *“Tivemos que retomar a juçara de uma outra forma. Não tinha mais juçara na região”*.

Resgatando as raízes de uma agricultura tradicional e ancestral da coivara, apoiados pelas mobilizações populares de luta pela terra na década de 1990 e pela construção de uma rede socioambiental comunitária e popular nos anos 2000 nas regiões Sul-Sudeste em prol da juçara - Rede Juçara, Vaguinho fala de algumas iniciativas organizadas pelo protagonismo comunitário - o Projeto Juçara, em 2005, pelo Instituto de Permacultura da Mata Atlântica (IPEMA), o protagonismo juvenil da Associação de Moradores do Quilombo do Campinho (AMOQC), em 2006, e o Projeto PDA “O Uso Sustentável da Palmeira Juçara como Estratégia para Conservação da Mata Atlântica”, em 2007 - como uma das viradas para plantar o fruto, reprovar a área com as sementes e usar a polpa. *“Vamos replantar em vez de cortar!”*. Logo, a campanha acontece como um

contínuo da história de luta por meio da terra e do território por parte das comunidades tradicionais com a juçara.

Além disso, ele comenta que a juçara é “*uma palmeira que ajuda a gente a fazer o debate da agroecologia*”. A agroecologia é uma das principais frentes de luta e relação com o território das comunidades e povos tradicionais do FCT, sendo um espaço estratégico e político de disputa narrativa e de ocupação. É um campo que, atualmente, articula saberes científicos e saberes tradicionais para promover um modo de produção de alimentos a partir das ecologias das vidas, da saúde do solo e de luta por justiça socioambiental para autonomia territorial e soberania alimentar. No entanto, muitas das vezes, assume uma imagem do modelo e da técnica, de “solução inovadora” e “ambientalmente sustentável” da ciência e não se valoriza a sua dimensão tradicional e ancestral. Para as comunidades, falar de agroecologia é falar das “*roças antigas*”, permitindo construir uma *agroecologia territorializada*. E, dentro desse contexto, a liderança quilombola aponta a juçara como principal “*ponta de lança*” do movimento e do território na “*retomada das roças tradicionais*”.

Vaginho conta de uma situação recente em Ubatumirim, Ubatuba-SP, na qual queimaram várias roças das comunidades, o que mobilizou o FCT, o Ministério Público e a Fundação Florestal (SP), para um movimento de abrir roças com assessoria jurídica. “*Esse foi um marco para retomada das roças no território!*”. O sertão de Ubatumirim, por exemplo, é reconhecido pela presença da juçara nas roças tradicionais, da agroindústria comunitária e da circulação do fruto nas merendas escolares, através do PNAE. Em comunidades como o Campinho, a juçara ainda não é escoada na política pública, visto que enfrenta barreiras políticas e sanitárias, bem como uma demanda quantitativa de fruto que seja compatível com as produções nas roças e agroflorestas dos comunitários envolvidos, sendo estas, lutas presentes almejadas pela comunidade.

Todo o território é marcado, desde 1970, com uma política ambientalista-conservacionista, proveniente da construção estratégica de Unidades de Conservação no período histórico-político da ditadura militar no país, alimentada pela violência colonial-moderna-capitalista, da propriedade privada e do racismo ambiental, que não reconhecem os saberes e a presença das comunidades como fator fundamental para conservação da sociobiodiversidade (Ferdinand, 2022), pela expulsão das comunidades de seus territórios

e da criminalização das práticas tradicionais com a terra, de cultivo, extrativismo. Nesse jogo de “negociações políticas e ontológicas” (De la Cadena, 2018), a palmeira lidera essa retomada da agricultura no território, através de um projeto de regularização e descriminalização da agricultura em prol de uma autonomia territorial e defesa dos seus modos de vida. “*É o agricultor poder trabalhar na roça sem ser tratado como criminoso pela polícia e órgãos ambientais*”, completa Luciano na roda. Além disso, ressaltam a potência coletiva da juçara como planta que tem “*puxado*” outras companhias vegetais das roças para esse cenário político como o cacau, o cupuaçu e a própria mandioca.

Além disso, Vaguinho alerta para outra face dessa cosmopolítica da resistência com a juçara no território: “*Tem grupos poderosos atrás da juçara!*”. Possuídos por uma ontologia utilitária da mercadoria (Kopenawa; Albert, 2015), grandes empresas²³ têm ameaçado o território por meio da exploração - direta e indireta - das juçaras das comunidades tradicionais pelo território e outras regiões onde a palmeira se encontra presente e, por meio da “maquiagem verde” da sustentabilidade conservacionista, tem transformado esse símbolo de ancestralidade em uma *commodity* e exportando nacional e internacionalmente, assim como tem acontecido com o açaí na Amazônia. “*Não podemos deixar os empresários entrar nos nossos locais e fazer o que querem com a juçara*”, diz um agricultor caiçara. Esses grandes grupos empresariais atuam na comercialização da polpa, distribuindo-a beneficiada para diversas redes de supermercados e demais estabelecimentos do capital. Chamam-na de “*açaí da Mata Atlântica*”, cujo nome também não agrada os comunitários e o movimento, dada a importância de fortalecer a identidade afro-pindorâmica da palmeira enquanto pertencimento - não como propriedade - das comunidades e do bioma, de uma identidade territorial (Narahara, 2022).

“*A juçara é nossa! Juçara não é da burguesia, é do povo e das comunidades tradicionais!*”, traz Vaguinho. Essa luta é, também, uma luta contra uma lógica colonial de plantation, da escalabilidade da palmeira (Tsing, 2019) e da produção em monocultura - tanto material quanto simbólica (Shiva, 2003), que se reatualiza hoje na forma do agronegócio, visto que a própria ontologia da juçara não se dá fora dos emaranhados

²³ Um desses grandes grupos empresariais é a chamada “Juçaí”, empresa sediada principalmente em Resende-RJ e que tem entre os sócios o *family office* de José Roberto Marinho, considerada um “case de sucesso” atual.

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

ecológicos, ela “*não cresce sozinha, não trabalha em monocultura*”, apesar desses esforços violentos de simplificação ecológica das vidas vegetais. A juçara é uma verdadeira “espécie companheira” de luta no território (Haraway, 2023). “*É juçara para nós, para os bichos e para a juventude!*”.

Em um contexto de “mundos em fratura” e da necessidade de alargar nossos parentescos para além dos humanos (Ferdinand, 2022; Haraway, 2023), a juçara se apresenta como “aliada vegetal” (Oliveira *et al.*, 2020) na defesa do território e dos modos de vida das comunidades junto às roças tradicionais. Logo, uma etnografia que *conta uma história a partir da juçara* fala de histórias emaranhadas com outras: do bioma, das comunidades, do território, das roças e demais conviventes, humanos e mais que humanos. A juçara não se prende às amarras coloniais e dicotômicas da natureza e da cultura. A juçara é alimento, morada, saúde e cuidado. É autonomia, soberania, saber e território. Parafraseando Tsing (2019), a juçara se faz em relação.

Referências Bibliográficas

ALENCAR, Suzane. **Entre risos e perigos: artes da resistência e ecologia quilombola** no Alto Sertão da Bahia. Editora 7 Letras, 2023.

BISPO DOS SANTOS, Antonio. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora / PISEAGRAMA, 2023, 112p.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Anti-domesticação. **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, edição especial Vegetalidades, p. 34-45, set. 2023.

DE LA CADENA, Marisol. **Natureza incomum: histórias do antrope-cego**. Revista de Estudos Brasileiros, n. 69, 2018. p. 95-117.

FEITOSA, Annagesse; SILVA, Iby Montenegro de. Conflitos por terra e repressão no campo na região da Costa Verde, Litoral Sul Fluminense *In*: MEDEIROS, Leonilde. **Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)**. Relatório Final, CPDA, UFRRJ, 2015.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

GALLO, Edmundo; NASCIMENTO, Vagner. **O território pulsa: territórios sustentáveis e saudáveis da Bocaina: soluções para a promoção da saúde e do desenvolvimento sustentável**. Paraty, RJ : Fiocruz, 2019.

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

HARAWAY, Donna. **Ficar com o problema:** fazer parentes no Chthluceno. São Paulo: n-1 edições, 2023.

INGOLD, Tim. **Antropologia:** Para que serve? Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2019.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu:** palavras de um xamã yanomami. Editora Companhia das Letras, 2015.

LIMA, Ana Gabriela Morim de *et al.* Práticas e Saberes sobre Agrobiodiversidade: a contribuição de povos tradicionais. Brasília (DF): IEB Mil Folhas, 2018.

NARAHARA, Karine. **Em território mapuche:** petroleiras e cosmopolíticas na Patagônia argentina. Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2022.

NAHARAHA, Karine. Os “desastres ambientais” e a máquina de morte do Ocidente: diálogos entre Marimba Ani e Ailton Krenak”. **Coletiva**, Dossiê, v. 27, 2020.

OLIVEIRA, Joana Cabral de. Mundos de roças e florestas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 11, p. 115-131, 2016.

OLIVEIRA, Joana Cabral de et al. (Orgs.). **Vozes Vegetais:** diversidade, resistências e histórias da floresta. São Paulo: UBU Editora, 2020.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente:** perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Editora Gaia, 2003.

TEIXEIRA, Bruno *et al.* A review of the genus Euterpe: botanical and genetic aspects of açaí, the purple gold of the Amazon. **Botanical Journal of the Linnean Society**, v. 208, n. 1, p. 1-13, 2025.

TSING, Anna Lowenhaupt. **Viver nas ruínas:** paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília: IEB Mil Folhas. 284p., 2019.

VAN DOOREN, Thom. Sementes selvagens, sementes domesticadas: espécies companheiras e a origem da agricultura. **Cadernos de Campo (São Paulo, online)**, vol. 33, n. 2, p. 1-10, USP 2024.